

## **PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO OFERECIDAS AO PL Nº 4.229/2015**

Apensados: PL nº 9.441/2017, PL nº 1.127/2019, PL nº 2.512/2019, PL nº 519/2019, PL nº 6.444/2019, PL nº 964/2019, PL nº 3.376/2020, PL nº 3.924/2020, PL nº 3.925/2020, PL nº 5.259/2020, PL nº 224/2021, PL nº 2.905/2021, PL nº 3.196/2021, PL nº 4.051/2021, PL nº 4.447/2021 e PL nº 2.042/2022

### **I - RELATÓRIO**

Durante a discussão da matéria, foram apresentadas duas Emendas de Plenário, que obtiveram o apoio regimental previsto no art. 120, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A Emenda de nº 1 sugere a supressão do § 7º do art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal - CP), acrescentado pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 224, de 2021, que pretende vedar a possibilidade de aplicação da causa de diminuição ou substituição de pena se o criminoso for primário e o prejuízo for de pequeno valor (prevista no § 1º do art. 171 do CP) à modalidade qualificada do estelionato.

Por sua vez, a Emenda de nº 2 modifica o § 3º do art. 158 do Código Penal, para incluir a realização de transação bancária efetuada por intermédio de dispositivos eletrônicos, bem como para aumentar as penas cominadas.

Não obstante, insere novo inciso no § 2º do art. 171 do CP para prever a conduta de viabilizar contas bancárias por terceiros para o cometimento de fraude.

Outrossim, acresce um parágrafo único no art. 940 do Código Civil a fim de determinar o pagamento em dobro do valor indevidamente recebido pela pessoa física ou jurídica que não o devolver de forma voluntária e imediata ao titular.

É o relatório.



## II - VOTO DO RELATOR

Após detida análise, entendemos que a Emenda nº 1 não deve ser acatada.

De fato, não há motivo idôneo para que não se aplique a previsão contida no § 1º do art. 171 do CP ao estelionato cometido por meio eletrônico.

No entanto, tendo em vista que o Substitutivo apresentado não acolheu a previsão do § 7º do art. 171 do CP acrescentado pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 224, de 2021, a matéria objeto da emenda ficou prejudicada.

No que tange à Emenda nº 2, acolhemos parcialmente a sua pretensão, incorporando apenas as inovações de natureza penal, haja vista que conferem maior proteção à sociedade para utilização das ferramentas disponibilizadas pelas instituições financeiras.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, somos pela rejeição da Emenda de Plenário nº 1 e pela aprovação da Emenda de Plenário nº 2.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela:

- a) constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Emenda de Plenário nº 1, mas, no mérito, somos pela sua rejeição;
- b) constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Emenda de Plenário nº 2, e, no mérito, somos pela sua aprovação na forma da Subemenda Substitutiva Global ora apresentada.

Sala das Sessões, em            de            de 2022.

Deputado SUBTENENTE GONZAGA  
Relator



## SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 4.229, DE 2015

Apensados: PL nº 9.441/2017, PL nº 1.127/2019, PL nº 2.512/2019, PL nº 519/2019, PL nº 6.444/2019, PL nº 964/2019, PL nº 3.376/2020, PL nº 3.924/2020, PL nº 3.925/2020, PL nº 5.259/2020, PL nº 224/2021, PL nº 2.905/2021, PL nº 3.196/2021, PL nº 4.051/2021, PL nº 4.447/2021 e PL nº 2.042/2022

Recrudesce o tratamento penal dispensado aos crimes de extorsão, estelionato e fraude no comércio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei recrudesce o tratamento penal dispensado aos crimes de extorsão, estelionato e fraude no comércio.

Art. 2º O § 3º do art. 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 158 .....

.....

.

§ 3º Se o crime é cometido mediante a restrição da liberdade da vítima, e essa condição é necessária para a obtenção da vantagem econômica, inclusive visando a realização de transação bancária efetuada por intermédio de dispositivos eletrônicos, a pena é de reclusão, de 8 (oito) a 14 (catorze) anos, além da multa; se resulta lesão corporal grave ou morte, aplicam-se as penas previstas no art. 159, §§ 2º e 3º, respectivamente.” (NR)

Art. 3º O art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes modificações e acréscimos:

“Art. 171.....

Pena – reclusão, de dois a seis anos, e multa.



.....  
 .  
 §

2º .....

.....  
 .  
**Estelionato sentimental**

VII - induz a vítima, com a promessa de constituição de relação afetiva, a entregar bens ou valores para si ou para outrem.

**Viabilizar a utilização de contas bancárias por terceiros para o cometimento de fraude**

VIII – abre ou mantém conta em instituição financeira, instituição de pagamento, ou assemelhadas, para ceder o acesso onerosamente ou gratuitamente, para pessoa ou organização criminosa que atua para desviar recursos financeiros por meio de fraudes contra consumidores, ou para triangular e ocultar valores obtidos por meio de golpes e fraudes.

**Fraude eletrônica**

§ 2º-A. A pena é de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, se a fraude é cometida com a utilização de informações fornecidas pela vítima ou por terceiro induzido a erro por meio de redes sociais, contatos telefônicos, envio de correio eletrônico fraudulento, duplicação de dispositivo eletrônico ou aplicação de internet, ou por qualquer outro meio fraudulento análogo.

.....  
 .  
 § 3º A pena aumenta-se de um terço a dois terços, se o crime é cometido em detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência.

**Estelionato contra idoso ou vulnerável**

§ 4º Aplica-se a pena em triplo se o crime for cometido contra idoso ou vulnerável.

.....  
 .  
 § 6º A pena aumenta-se de um terço até a metade se for vultoso o prejuízo causado à vítima em consequência da prática do crime.” (NR)



Art. 4º O art. 175 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte §3º:

“Art. 175.....

.....

.

§ 3º Aplica-se a pena em triplo se o crime for cometido contra idoso ou vulnerável.” (NR)

Art. 5º O art. 1º, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.

1º .....

.....

.

X – estelionato contra idoso ou vulnerável (art. 171, § 4º).

.....” (NR)

Art. 6º Fica revogado o § 5º do art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em        de        de 2022.

Deputado SUBTENENTE GONZAGA  
Relator

